

PUK

M.

A

Relatório &
Contas 2018



GLOBALEDA

GRUPO EDA

Índice

Acionistas	3
Mensagem do Conselho de Administração	4
Enquadramento Macroeconómico e Setorial	5
Atividade	8
Recursos Humanos.....	10
Rendimentos Operacionais.....	12
Gastos Operacionais	13
Indicadores Económico-Financeiros	15
Perspetivas.....	17
Proposta de Aplicação de Resultados	18
Informações sobre os Órgãos Sociais.....	19
Demonstrações Financeiras	23
Balanço	24
Demonstração dos Resultados por Naturezas.....	25
Demonstração das Alterações no Capital Próprio.....	26
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	27
Anexo às Demonstrações Financeiras	28

PLU.

ACIONISTAS

M.



EDA, Electricidade dos Açores, S.A. – 74,9%



Novabase Business Solutions – 25,1%

Capital Social: 300.000 euros

A

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os resultados obtidos em 2018 refletem o sucesso das estratégias definidas para a Globaleda. No final deste período, o Resultado Líquido ascendeu a 685 151 euros, a Autonomia Financeira e Liquidez Geral são 62% e de 231% respetivamente. O capital próprio da sociedade atingiu 3 376 364 euros e o Volume de Negócios foi 6 065 350 euros. Atualmente a empresa ocupa 98 trabalhadores. Recorda-se que o Plano de Negócios 2013-2018, que suportou o projeto de saneamento financeiro iniciado no final do ano de 2013, assente na recomposição dos capitais e na alavancagem do volume de negócios, através da capacitação da empresa para a prestação de serviços na área dos Sistemas de Informação, estabeleceu como meta para o ano de 2018 um Resultado Líquido de 291 285 euros, a par de uma Autonomia Financeira de 59% e uma Liquidez Geral de 211%. Chegamos ao fim deste importante período para a empresa e apraz registar o alcance dos objetivos que haviam sido determinados.

A Globaleda posiciona-se no mercado com uma oferta assente na sua dupla competência em Sistemas de Informação e Telecomunicações. Está focada nos resultados dos seus projetos tecnológicos e na melhoria contínua dos processos, maximizando a eficiência e satisfação do cliente, respeitando o meio ambiente e contribuindo ativamente para o bem-estar das comunidades que serve e integra. Os projetos que desenvolvemos e o reconhecimento que recebemos dos nossos clientes permitem-nos afirmar uma posição diferenciadora no mercado regional.

Em 2018, registam-se importantes factos. Desde logo, a certificação integral da empresa nas principais referências de sistemas de gestão Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, a adjudicação da prestação de serviços informáticos para a EDA, em regime de outsourcing, para o triénio 2018-2020, a reorganização da empresa e a assinatura de Acordo de Empresa. Foram importantes passos no sentido da consolidação da empresa.

Aos nossos clientes afirmamos a nossa determinação em bem servir.

A todos que conosco colaboram, aos nossos parceiros, o reconhecimento pela cooperação.

Aos trabalhadores agradecemos o talento, a partilha e a visão conjunta. É um orgulho pertencer à Equipa Globaleda.

Aos nossos accionistas um agradecimento muito especial pelo acompanhamento dispensado e pela determinação de acreditar na oportunidade de gerar valor.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SETORIAL

De acordo com o Boletim Económico do Banco de Portugal, de dezembro de 2018, a economia portuguesa para o período de 2018-2021 deverá manter uma trajetória de crescimento, embora de forma mais moderada face a 2017. A taxa de variação do Produto Interno Bruto (PIB) projetado para 2018 é de 2,1%.

Em 2018, o enquadramento económico externo foi favorável. A economia continuou a crescer, o PIB mundial deve registar uma taxa de variação de 3,6% e a área euro uma variação de 1,9%. As taxas de juro de curto prazo (EURIBOR a 3 meses) situaram-se em -0,3%.

Embora considerando uma desaceleração do consumo privado, do consumo público, das exportações e da Formação Bruta de Capital Fixo, o Banco de Portugal conclui que as tendências identificadas nas principais variáveis são consistentes com um perfil de crescimento sustentável da economia portuguesa, projetando taxas de variação anual do PIB de 1,8%, 1,7% e 1,6% para 2019, 2020, 2021, respetivamente. De um modo geral, para os próximos anos, desenha-se um quadro de crescimento moderado da atividade económica, assente no consumo das famílias e do investimento e no crescimento das exportações, suportado também numa expectativa de manutenção de taxas de juro em níveis baixos.

ENQUADRAMENTO SETORIAL

De um modo geral, as organizações enfrentam desafios que obrigam à melhoria do conhecimento, maior recolha e tratamento de informação, disponibilidade e grande interação com os clientes, aumento de eficiência dos processos, identificação e exploração de novos modelos de negócio e de mercados e aumento da produtividade. Neste contexto a informação e as comunicações, são pilares essenciais.

A Internet das Coisas (IoT), o Machine-to-machine (M2M), a Wearable Computing, os Drones, a Robótica, a Impressão 3D, os Sistemas Cognitivos, a Biologia Sintética, os Interfaces Naturais de Computação,... são “aceleradores de inovação” que ampliam radicalmente as capacidades e aplicações suportadas em transporte de dados, que, a par do Big Data Analytics, do Virtual Reality, do Blockchain, exigirão cada vez mais recursos e elevados níveis de investimento ao nível dos Sistemas de Informação e das Telecomunicações. As tendências identificadas, para os próximos anos, para a indústria das TIC em Portugal, pela IDC, são bem reveladoras da transformação da economia que se encontra em curso:

1. Em 2021, pelo menos 30% da economia nacional será digitalizada;

2. Em 2019, 25% das 100 maiores organizações portuguesas estão a desenvolver estratégias de TI para suportar uma plataforma de transformação digital;
3. Em 2021, estima-se que o investimento e a despesa em serviços cloud e respetivo hardware deva duplicar e ultrapassar os 400 milhões de euros;
4. Em 2019, 30% das iniciativas de transformação digital irão incorporar algum tipo de serviço baseado em inteligência artificial. Em 2021, mais de 50% das novas aplicações terão este tipo de tecnologia e mais de 50% dos consumidores irão interagir com um bot;
5. O desenvolvimento de aplicações na Europa irá centrar-se em arquiteturas hiper ágeis. Além disso, 70% dos micro-serviços serão desenvolvidos em tecnologias de containers. No mundo, 80% do desenvolvimento aplicacional será feito sobre plataformas cloud PaaS;
6. Em 2020, mais de 10% dos trabalhadores portugueses vão utilizar soluções de realidade aumentada (25% nas organizações mundiais). A tendência aponta para que mais de 50% das novas aplicações recorram a voz como interface de comunicação. A biometria também estará em destaque (25% das 100 maiores empresas nacionais e 50% nas mundiais);
7. Nos próximos três anos, pelo menos 15% das 100 maiores organizações portuguesas irão recorrer à tecnologia de blockchain para criar serviços confiáveis, seguros e escaláveis. No setor financeiro, mais de 25% dos bancos deverá utilizar este tipo de solução para gerir transações;
8. Em 2020, mais de 35% das 100 maiores empresas nacionais irão desenvolver novos fluxos de receita com base em dados no modelo Data-as-a-Service (DaaS), desde venda de dados em bruto a métrica e serviços de recomendações;
9. Mais de 10% das aplicações empresariais e 25% das novas funcionalidades das aplicações não serão desenvolvidas por programadores, em 2021 (Ferramentas low-code e no-code);
10. Em 2021, mais de 35% das 100 maiores organizações do mercado português terão mais de 30% das suas interações digitais realizadas através de parceiros no ecossistema através de APIs.

Já no setor das Telecomunicações, para 2018 em Portugal identificaram-se as seguintes tendências:

1. Forte crescimento do número de subscritores que dispunham de redes e serviços de alta velocidade em local fixo, mais 10,8% do que no 1º semestre de 2017. Nos Açores o crescimento foi de 17,1%, atingido uma taxa de penetração de 56 clientes residenciais por cada 100 famílias, inferior, no entanto ao total do país em 1,8 pp;
2. Crescimento de 4,8% do número de alojamentos cobertos por rede de alta velocidade em local fixo (FTTH/HFC). Taxa de cobertura de 71,8%, mais 3,2 pp comparativamente a igual período em 2017. Nos Açores, no mesmo período o número de alojamentos cobertos por rede de alta velocidade em local fixo

(FTTH/HFC) registou um acréscimo de 1,4% e uma taxa de cobertura de 86,6%, mais 1,0 pp comparativamente a igual período em 2017;

3. 12,3 Milhões de assinantes ativos do serviço telefónico móvel, em utilização, em junho de 2018, mais 0,6% de variação homóloga;
4. 11,7 Milhões de telemóveis, + 0,6% do que no semestre homólogo. Voz + Internet 54% (+7,5% do que no semestre homólogo) Voz 41% e PC/ Tablet 5%;
5. 95,7% dos residentes em Portugal são clientes do serviço telefónico móvel, ou seja, uma taxa de penetração de 168 por cada 100 habitantes (s/ M2M taxa de penetração de 119,1). 22,2% dos clientes adquiriram o serviço no âmbito de um pacote convergente.

ATIVIDADE

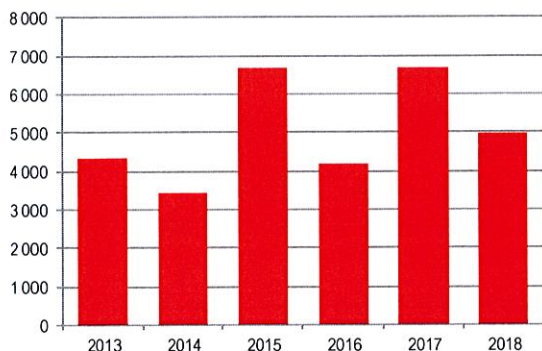
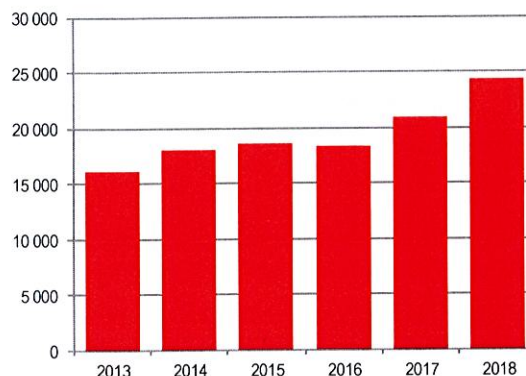
Em 2018, a atividade da Globaleda, aferida pelo volume de negócios, incluindo outros rendimentos operacionais, apresenta um acréscimo de 2,0%.

(milhares de euro)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/17 (%)	Estrutura (%)
Móveis	1.757	1.660	1.453	989	995	1.089	9,4	17,5
Vendas	883	950	699	130	90	74	-17,7	
Comissões e outros serviços	739	517	619	698	798	870	9,0	
Outros Rendimentos	135	192	135	161	107	145	35,3	
Infraestruturas de Telecomunicações	2.348	1.743	3.272	2.732	1.354	1.962	44,9	31,6
Sistemas de Informação	377	2.623	2.500	3.209	3.742	3.160	-15,6	50,9
Total	4.481	6.025	7.225	6.930	6.091	6.211	2,0	100,0

Ao nível da atividade da Globaleda, enquanto agente comercial Vodafone, destacam-se a execução de um conjunto de ações para melhor articulação dos objetivos entre operadora e o agente comercial, que se substanciaram na remodelação da imagem de lojas, processo iniciado em 2017 e terminado em 2018, com a remodelação da loja da Ribeira Grande, na monitorização e controlo dos resultados e no alinhamento dos objetivos com os comerciais. Paralelamente, a Globaleda continuou com a consolidação das atividades do Centro Técnico Autorizado para prestação de serviços e reparação de equipamentos terminais. De um modo global a atividade apresenta um crescimento de 9,4%, quando comparada com o ano anterior.

O número total de ativações regista um acréscimo da atividade líquida de 6,4%, quando comparado com o valor registado no ano anterior. A análise dos valores relativos ao setor empresarial deve ter em consideração a maturidade e renovação de contratos com grande impacto no total da carteira. O número de ativações no setor residencial em 2018 apresenta um acréscimo de 16,5%, face ao ano anterior.

Actividade Líquida Empresarial
 (número de activações)

Actividade Líquida Residencial
 (número de activações)


M

J

Não obstante a forte dinâmica concorrencial deste mercado, a posição da Vodafone no mercado regional tem resistido, considerando-se que a Globaleda desempenhou um papel importante na persecução desse objetivo. Neste contexto, a qualidade de serviço é um fator muito relevante, que aliado ao investimento efetuado na remodelação das lojas, ao alargamento da oferta de serviços e de produtos e à competitividade da oferta em si proporcionam um contrapeso relativamente aos efeitos negativos da inexistência de oferta convergente da Vodafone nos Açores, nomeadamente televisão. Por outro lado, a competitividade dos tarifários praticados, muito apelativos ao consumidor, são de baixo valor e, portanto, de baixo *score*.

As prestações de serviço de Operação e Manutenção de Infraestruturas de Telecomunicações compreendem as atividades de conceção, projeto, fornecimento, instalação e manutenção de infraestruturas e equipamentos de telecomunicações e ascendem a 1 962 mil euros, verificando-se um acréscimo de 44,9%, face ao valor registado no ano anterior. Foram os novos projetos angariados e implementados no decurso de 2018, que impactaram e sustentaram o crescimento verificado, tendo-se, complementarmente, mantido todas as restantes atividades de operação e manutenção que caracterizam a atividade corrente e de maior sustentação desta área de negócio.

As Prestações de Serviços na área de Sistemas de Informação compreendem as atividades de consultoria, conceção, desenvolvimento, fornecimento, instalação, implementação, manutenção e monitorização e ascenderam a 3 160 mil euros, verificando-se um decréscimo de 15,6%, face ao valor registado em 2017, representando no entanto mais de 50% do Volume de Negócios da empresa, decorrente da dinâmica comercial e da qualidade dos serviços prestados.

Em 2018, implementou-se o sistema integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, segundo os referenciais NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001, cuja certificação ocorreu em fevereiro. Durante o ano reforçou-se o sistema, promovendo-se a eficiência da organização, o desenvolvimento das competências dos trabalhadores e da empresa e, desse modo, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Globaleda contava com 88 trabalhadores ao seu serviço, dos quais 18 eram trabalhadores contratados a termo. Complementarmente, a Globaleda conta ainda com 10 trabalhadores, oriundos da EDA, S.A., em regime de cedência.

Recursos Humanos (*)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição
							2018/2017
							%
Quadros Superiores	12	13	17	18	16	17	6,3
Contrato sem termo	8	8	10	11	11	11	0,0
Contratos a termo(**)	4	5	7	7	5	6	20,0
Quadros Técnicos	60	64	61	57	62	63	1,6
Contrato sem termo	52	49	48	49	50	51	2,0
Contratos a termo	8	15	13	8	12	12	0,0
Administrativos e Apoio	7	7	7	8	8	8	0,0
Contrato sem termo	7	7	7	8	8	8	0,0
Total Pessoal	79	84	85	83	86	88	2,3
Quadro permanente	67	64	61	68	69	70	1,4
Contratos a termo	12	20	24	15	17	18	5,9
Pessoal EDA - Cedido	12	13	12	11	11	10	-9,1
Total	91	97	97	94	97	98	1,0
Gastos c/ Pessoal (mil euro)	1 415	1 787	1 845	1 851	1 865	2 043	9,5
Pessoal Cedido (mil euro)	435	650	583	546	519	585	12,7
Gastos Totais (mil euro)	1 850	2 437	2 427	2 398	2 385	2 628	10,2
Custo médio anual (euro)	20 324	25 123	25 023	25 508	24 583	26 818	9,1

(*) Número de trabalhadores ao serviço em 31 de Dezembro

(**) Inclui dois administradores a tempo inteiro

A Globaleda tem trabalhadores nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico e Faial, e em Lisboa, garantido uma cobertura quase integral do território nos Açores, com competências técnicas nas diferentes áreas de serviço, para além da atividade de agente comercial Vodafone.

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Varição
							2018/2017
							%
São Miguel	55	59	61	61	61	63	3,3
Sta. Maria	0	1	2	1	1	1	0,0
Terceira	10	10	10	9	10	9	-10,0
S. Jorge	2	2	2	2	3	2	-33,3
Pico	5	5	3	3	3	4	33,3
Faial	3	3	3	3	4	4	0,0
Açores	75	80	81	79	82	83	1,2
Lisboa	4	4	4	4	4	5	25,0
Total	79	84	85	83	86	88	2,3

INFORMAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

M

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

J

Os Rendimentos Operacionais da empresa resultam essencialmente de Vendas, Prestações de Serviços e de Outros Rendimentos e Ganhos relacionados com a comercialização de comunicações móveis e equipamentos, enquanto agente Vodafone, a par da prestação de serviços na área das Infraestruturas de Telecomunicações e de Sistemas de Informação.

Em 2018, os proveitos operacionais ascenderam a 6 226 mil euros. No período anterior foram 6 184 mil euros, o que corresponde a um acréscimo de 0,7%.

(milhares de euro)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. 2018/17 (%)	Estrutura (%)
Vendas	965	950	699	130	90	583	548,0	9,4
Prestação de Serviços	3 381	4 883	6 391	6 639	5 894	5 483	-7,0	88,1
Subsídios à Exploração	0	0	0	10	16	7	-56,0	0,1
Reversões	0	0	0	0	76	8	-89,0	0,1
Outros Rendimentos e Ganhos	135	192	135	161	107	145	35,3	2,3
Total	4 481	6 025	7 225	6 940	6 184	6 226	0,7	100,0

Em 2018, a faturação relacionada com a comercialização de comunicações móveis, de equipamentos de telecomunicações, rádio e informática representou 17,5% do Volume de Negócios, considerando os rendimentos suplementares, enquanto a faturação relacionada com o projeto, instalação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações representou 31,6% e a faturação relativa aos Sistemas de Informação representou 50,9%.

As prestações de serviços totalizaram 5 483 mil euros e registam um decréscimo de 7%. As vendas ascenderam a 583 mil euros e o seu acréscimo resulta essencialmente da alteração da metodologia de contabilização dos rendimentos resultantes da venda com materiais e equipamentos incorporados no desenvolvimento de projetos ou na venda de equipamentos informáticos e rádio. Em novembro de 2015, foi alterado o modelo de gestão de stocks de equipamentos móveis das lojas LVI (Lojas Vodafone Indiretas) razão pela qual se assiste à alteração substancial dessa rubrica a partir de 2016. Assim, a partir dessa data, as rubricas de Vendas e Custo das Mercadorias Vendidas

deixaram de registar estes movimentos, passando a Globaleda a ser remunerada por uma comissão registada agora ao nível das prestações de serviços.

m

j

GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos operacionais em 2018 ascenderam a 5.457 mil euros, no ano anterior este valor foi de 5 231 mil euros, o que corresponde a um acréscimo de 4,3%.

	(milhares de euro)							Var.	Estrutura
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2018/17 (%)	(%)	
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	966	945	674	122	96	432	348,9	7,9	
Fornecimentos e Serviços Externos	2 228	2 781	3 902	4 035	3 026	2 871	-5,1	52,6	
Gastos com o pessoal	1 415	1 787	1 845	1 851	1 865	2 043	9,5	37,4	
Amortizações	46	145	215	210	235	106	-55,0	1,9	
Imparidades	7	1	28	65	2	0	-100,0	0,0	
Outros gastos e perdas	7	24	16	9	7	6	-12,7	0,1	
TOTAL	4 670	5 682	6 679	6 292	5 231	5 457	4,3	100,0	

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas ascendeu a 432 mil euros e o seu acréscimo resulta essencialmente da alteração da metodologia de contabilização dos gastos com materiais e equipamentos incorporados no desenvolvimento de projetos ou na venda de equipamentos informáticos.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos ascenderam a 2 871 mil euros, representaram 52,6% dos gastos operacionais. Os gastos com pessoal ascenderam a 2 043 mil euros e representam 37,4 % dos gastos operacionais. O acréscimo verificado resulta parcialmente do reforço de competências e da necessidade de reposição parcial das condições salariais de acordo com o sistema integrado de recursos humanos datado de 2007.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis ascenderam a 106 mil euros. O decréscimo registado reflete essencialmente a alienação ao valor residual dos ativos alocados ao contrato de Outsourcing que terminou em abril de 2018, conforme disposto no mencionado contrato.

A utilização de recursos decorre das necessidades alinhadas com as oportunidades que o mercado oferece ao longo de todo o exercício económico. As análises comparativas relativamente ao exercício económico anterior e ao plano devem ter em consideração as diferenças na composição do trabalho em concreto, que podem contemplar o desenvolvimento de projetos com maior ou menor grau de competências internas, margens distintas, ou outras condicionantes.

(euro)

Gastos	2016	2017	2018		2018/17		2018 Exec/Prev	
			Previsto	Executado		%		%
Custo das Mercadorias Vendidas	121 683	96 147	76 000	431 565	335 418	348,9%	355 565	467,8%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 034 538	3 025 930	2 429 732	2 870 831	-155 099	-5,1%	441 099	18,2%
Gastos com o Pessoal	1 851 355	1 865 367	2 023 715	2 043 014	177 647	9,5%	19 299	1,0%
Imparidades de Dívidas a Receber	65 271	1 818	60 877	0	-1 818	5704,7%	-60 877	73,3%
Amortizações e Depreciações	209 621	234 605	77 949	105 530	-129 075	-97,3%	27 581	-91,9%
Outros Gastos e Perdas	9 051	7 270	332 615	6 346	-924	-12,7%	-326 269	-98,1%
Gastos Operacionais	6 291 519	5 231 138	5 000 888	5 457 286	226 148	4,3%	456 398	9,1%
Resultado Líquido	505 564	763 854	140 308	685 151	-78 703	-10,3%	544 843	388,3%

Os Gastos Operacionais registam um acréscimo relativamente ao ano de 2017 e ao valor previsto para 2018, situação esta essencialmente relacionada com o maior encargo com Gastos com Pessoal e com componentes de custos a suportar para a execução dos trabalhos relativos a prestação de serviços a clientes. Por sua vez, os gastos com comunicações, deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel totalizaram 235 037 euros, um acréscimo de 12 684 euros relativamente ao ano anterior, mas inferior ao valor verificado em 2016, tal como sucede com a generalidade dos Gastos Operacionais.

(euro)

	2016	2017	2018	2018/17	
					%
Gastos com Comunicações	55 152	53 405	55 061	1 656	3,1%
Deslocações, Estadas e Alugueres de Viaturas	49 378	43 607	47 163	3 556	8,2%
Ajudas de Custo	19 781	21 648	22 524	875	4,0%
Frota Automóvel	113 178	103 692	110 290	6 598	6,4%
Total	237 490	222 353	235 037	12 684	5,7%

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O resultado líquido do exercício económico de 2018 foi de 685 151 euros.

M.

J.

(euro)						
BALANÇO						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018
ATIVO NÃO CORRENTE	938 237	1 042 643	1 062 855	986 381	929 632	716 362
Ativos fixos tangíveis	749 814	728 477	838 848	891 034	929 253	714 533
Ativos intangíveis	0	165 297	108 624	51 951	0	0
Participações financeiras	5	5	5	5	5	5
Ativos por impostos diferidos	188 418	148 864	115 378	43 391	374	1 824
ATIVO CORRENTE	3 145 319	2 861 220	3 931 303	3 652 166	3 375 227	4 694 503
Inventários	129 909	109 251	24 698	16 035	16 595	72 788
Clientes	2 299 682	2 056 439	3 291 998	3 008 891	1 984 226	2 687 934
Adiantamentos a fornecedores	30 803	3 924	14 766	9 140	0	0
Estado e outros entes públicos	22 329	5 587	0	0	0	0
Outras contas a receber	375 322	463 114	512 190	539 288	791 309	627 527
Diferimentos	31 641	36 801	22 905	68 222	9 623	284 343
Ativos não correntes detidos p/venda	160 814	0	0	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	94 819	186 104	64 746	10 591	573 473	1 021 911
ATIVO LIQUIDO	4 083 556	3 903 863	4 994 158	4 638 547	4 304 859	5 410 865
CAPITAL PRÓPRIO	786 472	986 100	1 421 794	1 927 358	2 691 213	3 376 364
Capital realizado	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000	300 000
Reservas legais	64 464	64 464	64 464	64 464	64 464	64 464
Outras reservas	500 866	500 866	500 866	500 866	500 866	500 866
Resultados transitados	-15 737	-78 858	120 770	556 465	1 062 028	1 825 883
Resultado líquido do período	-63 121	199 628	435 694	505 564	763 855	685 151
PASSIVO NÃO CORRENTE	875 893	426 914	113 795	0	0	0
Empréstimos de acionistas	875 893	426 914	113 795	0	0	0
PASSIVO CORRENTE	2 421 191	2 490 849	3 458 569	2 711 190	1 613 646	2 034 501
Fornecedores	959 149	1 348 404	1 548 890	861 018	667 022	880 219
Estado e outros entes públicos	191 951	132 380	282 485	153 324	298 165	258 925
Financiamentos obtidos	605 643	273 979	817 098	1 192 385	0	0
Outras contas a pagar	616 057	696 131	356 686	317 950	305 853	522 092
Diferimentos	48 391	39 955	453 410	186 514	342 606	373 265
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	4 083 556	3 903 863	4 994 158	4 638 547	4 304 859	5 410 865
PASSIVO	3 297 084	2 917 763	3 572 364	2 711 190	1 613 646	2 034 501

ph

Em 2013, foi desenhado o plano de recuperação, abrangendo o período 2013-2018, assente na reorganização da atividade da empresa, tendo por objetivo o acréscimo do volume de negócios, a contenção de despesas e a recomposição societária, decisões essas indispensáveis para a reposição e reestruturação dos capitais próprios.

3

J

O saneamento financeiro consistiu na transformação de créditos dos acionistas em prestações acessórias, nos montantes de 973.540 euros e 680.644 euros na Globaleda e na sociedade incorporada, antes da fusão, para cobertura de prejuízos transitados à data de 30 de setembro de 2013, na justa proporção dos capitais detidos, e reforço de capital próprio da sociedade incorporante, seguido da redução do capital social resultante da fusão, no valor de 700.000 euros para 300.000 euros. Simultaneamente foi contemplada a transformação de créditos de curto prazo da EDA em créditos de médio prazo, remunerados, de modo a restabelecer a liquidez da empresa, no valor de 875.893 euros, que conforme projetado já se encontram totalmente saldados. No final do período em análise, 2018, verifica-se o cumprimento dos objetivos delineados e a recuperação dos indicadores económicos e financeiros da empresa com particular ênfase para os Capitais Próprios e a consequente melhoria dos restantes indicadores, nomeadamente de solvabilidade e de liquidez, conforme se pode aferir no quadro seguinte:

(milhares de euro)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Volume de Negócios	4 347	5 833	7 090	6 769	5 984	6 065
Variação anual	20%	34%	22%	-5%	-12%	1%
Custos Operacionais	4 670	5 682	6 679	6 292	5 231	5 457
Variação anual	12%	22%	18%	-6%	-17%	4%
EBIT (Resultado Operacional)	-189	343	546	649	953	768
Margem	-4%	6%	8%	10%	16%	13%
EBITDA (EBIT + Amortizações)	-142	488	761	858	1 187	874
Margem	-3%	8%	11%	13%	20%	14%
Resultado Líquido	-63	200	436	506	764	685
Capitais Próprios	786	986	1 422	1 927	2 691	3 376
Liquidez Geral (%)	130	115	114	135	209	231
Ativo Corrente/Passivo Corrente						
Autonomia Financeira (%)	19	25	28	42	63	62
Capital Próprio/Ativo Líquido						
Solvabilidade	24	34	40	71	167	166
Capital Próprio/Capital Alheio						
Solvabilidade Total (nº)	1,24	1,34	1,40	1,71	2,67	2,66
Ativo Líquido/Passivo Total						

PERSPETIVAS

Embora se possa identificar uma melhoria gradual da envolvente macroeconómica para 2019 e anos seguintes, julga-se adequado manter prudência na análise prospetiva, pelo que o Plano e Orçamento para 2019-2023 traça um cenário moderado para que os indicadores de desempenho económico e financeiro da empresa sejam sujeitos a fatores de maior adversidade. Esta metodologia não significa uma limitação de objetivos ao nível do negócio e do desempenho da empresa, tal como se pode avaliar da execução de exercícios económicos anteriores, nomeadamente o ano de 2018.

Ao nível da comercialização de comunicações móveis e de equipamentos e acessórios, assente no consumo residencial e empresarial, perspectiva-se um acréscimo relativamente ao valor verificado em 2018. Na área de telecomunicações, para além das atividades de operação e manutenção relativas a contratos existentes, considerou-se um decréscimo relativamente a 2018, fixando-se o valor em cerca de 1 560 mil euros. No que respeita à área dos sistemas de informação identifica-se potencial de trabalho a desenvolver nos mercados privado e público estimando-se, no entanto, pelas razões atrás referenciadas, um decréscimo da faturação relativamente ao ano de 2018, sendo que o valor estimado para 2019 é de 2 506 mil euros.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com a alínea j) do artigo 16.º dos estatutos da sociedade, o Conselho de Administração propõe aos senhores acionistas que o resultado líquido apurado no período, no valor de 685 151,22 euros, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados Transitados -----685 151,22 euros

Ponta Delgada, 28 de março de 2019.

O Conselho de Administração,



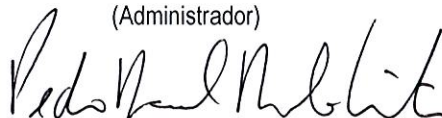
Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins

(Presidente)



Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

(Administrador)



Pedro Daniel Melo Leite

(Administrador)

INFORMAÇÕES SOBRE OS ÓRGÃOS SOCIAIS

A GLOBALEDA é uma empresa pública que integra o sector público empresarial da Região Autónoma dos Açores. É-lhe aplicável o regime aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008 /A, de 24 de março. De acordo com o art.º 16.º daquele diploma, os relatórios anuais das empresas públicas regionais, além dos elementos que caracterizam as respetivas situações económicas e financeiras, deverão conter um conjunto de informações que de seguida se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à Globaleda, S.A. estão vertidas nas propostas de Plano Plurianual e do Orçamento que, anualmente, a Assembleia Geral aprova. O referido documento é publicado no site da empresa em www.globaleda.pt, na seção Relatórios.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com n.º 1 do art.º 7.º do pacto social, tem a seguinte configuração: Assembleia Geral, Conselho de Administração e Fiscal Único. Os Órgãos Sociais para o triénio 2018/2020 foram eleitos em Assembleia Geral realizada no dia 13 abril de 2018.

Durante o ano de 2018, a composição dos Órgãos Sociais foi a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Dr.ª Maria do Carmo C. M. Marques Martins
Administrador: Eng. Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz
Administrador: Dr. Pedro Daniel Melo Leite

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.ª Maria del Carmen Gil Marin
Secretário: Dr. José Emanuel Lopes Fernandes

FISCAL ÚNICO

Efetivo: UHY – A. PAREDES E ASSOCIADOS, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco, ROC n.º 652
Suplente: António Tavares da Costa Oliveira, ROC n.º 656.

Principais elementos curriculares de cada um dos membros do órgão de gestão e administração;

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: licenciada em Organização e Administração de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, em 1987. Quadro Superior da Electricidade dos Açores, S.A. desde 1987, onde exerceu as funções de Chefe de Serviço de Plano e Informação de Gestão, de 1990 a 1998; Diretora da Direção de Serviços Comercial e de Controlo de Gestão do Centro de Exploração da ilha de São Miguel, de janeiro de 1999 a novembro de 2000; Diretora da Direção Planeamento de Redes e Análise de Investimentos, de novembro a dezembro de 2000. Adjunta do Secretário Regional da Economia, do VIII Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2000 a dezembro de 2004; Membro do Conselho Consultivo da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos de junho de 2002 a novembro de 2009 e de maio de 2014 à data. Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Economia do IX Governo Regional dos Açores, de dezembro de 2004 a novembro de 2008; Assessora do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., em regime de cedência pela EDA, S.A., de novembro de 2008 a março de 2009; Vogal do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2009 a março de 2012. Vogal do Conselho de Administração da EDA S.A., de maio de 2011 a fevereiro de 2018. Vogal do Conselho de Administração da EDA Renováveis, S.A. de junho de 2011 à data. Presidente do Conselho Administração da Norma Açores, S.A., de abril de 2012 à data. Vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., de abril de 2012 a janeiro de 2016 e Presidente do Conselho de Administração da Globaleda, S.A., desde então à data.

Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, ramo Telecomunicações e Eletrónica pelo Instituto Superior Técnico, no ano letivo de 1992/93. Mestrado em Eng^a. Eletrotécnica e de Computadores, pelo Instituto Superior Técnico (Eletrónica e Automação Industrial), no ano letivo de 1996/97. Em Maio de 97 foi nomeado Diretor do Gabinete de Novos Negócios na EDA, S.A. Em Abril de 98 foi nomeado Diretor Geral da Empresa Globaleda, SA; Em Janeiro de 2000 foi nomeado Administrador Delegado da ONIAÇORES, SA; Em Março de 2002 foi nomeado Administrador Delegado da Globaleda, S.A., acumulando a Direção Técnica da Empresa; Em 1993/94 ingressou na Universidade dos Açores, onde é assistente convidado no Departamento de Ciências Tecnológicas e Desenvolvimento; Foi Presidente do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros; Presidente da ACIST- Associação Empresarial de Comunicações de Portugal.

Pedro Daniel Melo Leite: Licenciado em Matemática/Informática, pela Universidade dos Açores, em 2001. Integrou a Globaleda, S.A. em 2000, como Quadro Técnico, desempenhando as funções de Programador Informático, tendo passado a Quadro Superior em 2001. Entre 2002 e 2006 exerceu as funções de Docente, como assistente convidado, na Universidade dos Açores. Entre 2004 e 2008 assumiu o cargo de Coordenador de Área Técnica na

Globaleda, S.A. e, de 2009 a 2013, exerceu o cargo de Diretor na Novabase Atlântico, S.A. Entre 2014 e 2015 assumiu a Coordenação do Serviço de Projetos e Consultoria da Globaleda, S.A. Desde dezembro de 2015, é vogal do Conselho de Administração da Globaleda, S.A.

Exerce também, as funções de Vogal da Direção do Instituto Cultural Padre João José Tavares, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Geral do Centro Sócio-Cultural de São Pedro, Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube Náutico de Lagoa e Secretário da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Santo António de Lagoa.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas:

Maria do Carmo Cabrita Matias Marques Martins: Administradora da EDA Renováveis, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da Norma Açores, S.A.

Remunerações dos Órgãos Sociais

Em 13 de Abril de 2018, a Assembleia Geral determinou para o mandato 2018/2020 que a componente fixa da remuneração mensal do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Executivo, seja no mesmo valor, ou seja de € 5.269,05, sujeita a reduções remuneratórias, quando legalmente aplicável. Deliberou ainda que a sociedade suporte os encargos decorrentes de benefícios sociais estabelecidos no quadro de origem. Posteriormente, aquando da recomposição do Conselho de Administração, em 12 de janeiro de 2016, a Assembleia Geral deliberou aprovar que a sociedade continue a remunerar as funções executivas, tal como aconteceu no mandato anterior e determinar que a componente fixa da remuneração mensal do novo Administrador Executivo seja igual à que vinha sendo praticada para esse cargo. Não foram fixadas remunerações para a Presidente do Conselho de Administração, nem para os membros da Assembleia Geral, que não são remunerados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA GLOBALEDA¹

Presidente	- €
Administrador	96.510,76 €
Administrador	92.565,03 €

¹ Remunerações e Outros Encargos

Indicação do Número de Reuniões do Órgão de Gestão e Administração com Referência Sucinta às Matérias Versadas

De acordo com os estatutos da empresa o Conselho de Administração reúne com a periodicidade que ele próprio determinar e sempre que for convocado pelo seu presidente ou por dois administradores. Durante o ano de 2018 o Conselho de Administração realizou dez reuniões para deliberar sobre os assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram à execução do Plano de Atividades e Orçamento de acordo com a estratégia neste delineada, à gestão corrente da sociedade no âmbito da atividade comercial da empresa e das funções de suporte, administrativa, financeira e de recursos humanos, através da apreciação das contas mensais da apreciação dos *Tableau de Bord* mensais, com desagregação de resultados por cada uma das áreas de negócio, bem como da Proposta de Plano Plurianual e do Orçamento para 2019.

Para cada reunião do Conselho de Administração foi elaborada uma ata com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

Ações próprias

Em 31 dezembro de 2018 a empresa não detinha ações próprias.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Sucursais da sociedade

A empresa não tem quaisquer sucursais.

Ch.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

M.

J.

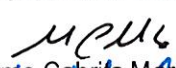
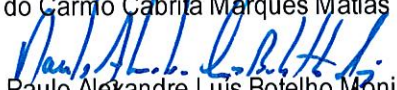
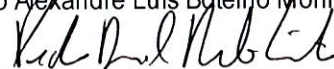
BALANÇO

		31 de dezembro	
		2018	2017
		Nota	
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	714 533	929 253
Ativos intangíveis	7	-	-
Outros investimentos financeiros	8	5	5
Ativos por impostos diferidos	9	1 824	374
		716 362	929 632
Corrente			
Inventários	10	72 788	16 595
Clientes	11	2 687 934	1 984 227
Outros créditos a receber	13	627 527	791 309
Diferimentos	14	284 343	9 623
Caixa e depósitos bancários	4	1 021 911	573 473
		4 694 503	3 375 227
Total do ativo		5 410 865	4 304 859
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	15	300 000	300 000
Reservas legais	16	64 464	64 464
Outras reservas	16	500 866	500 866
Resultados transitados	16	1 825 883	1 062 028
Resultado líquido do período		685 151	763 855
Total do capital próprio		3 376 364	2 691 213
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	17	880 219	667 022
Estado e outros entes públicos	12	258 925	298 165
Outras dívidas a pagar	18	522 092	305 853
Diferimentos	14	373 265	342 606
		2 034 501	1 613 646
Total do passivo		2 034 501	1 613 646
Total do capital próprio e do passivo		5 410 865	4 304 859

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

 Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite




DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Período	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	19	6 065 350	5 983 995
Subsídios à exploração	22	7 215	16 400
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	20	(431 565)	(96 147)
Fornecimentos e serviços externos	21	(2 870 831)	(3 025 930)
Gastos com o pessoal	22	(2 043 014)	(1 865 367)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	8 397	74 552
Outros rendimentos	23	144 777	107 015
Outros gastos	24	(6 346)	(7 270)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		873 983	1 187 248
Gastos /reversões de depreciação e de amortização	6	(105 530)	(234 605)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		768 453	952 643
Juros e gastos similares suportados	25	(8 309)	(10 414)
Resultado antes de impostos		760 144	942 229
Imposto sobre o rendimento do período	26 e 9	(74 993)	(178 374)
Resultado líquido do período		685 151	763 855
Resultado por ação básico	15	11	12,73

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Claudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

 Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite

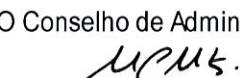

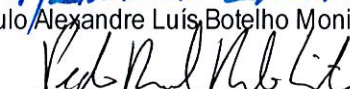
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2017		300 000	64 464	500 866	556 464	505 564	1 927 357
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	505 564	(505 564)	-
		-	-	-	505 564	(505 564)	-
Resultado líquido do período						763 855	763 855
Resultado integral						763 855	763 855
A 31 de dezembro de 2017		300 000	64 464	500 866	1 062 028	763 855	2 691 213
A 1 de janeiro de 2018		300 000	64 464	500 866	1 062 028	763 855	2 691 213
Alterações no período							
Aplicações dos resultados	16	-	-	-	763 855	(763 855)	-
		-	-	-	763 855	(763 855)	-
Resultado líquido do período						685 151	685 151
Resultado integral						685 151	685 151
A 31 de dezembro de 2018		300 000	64 464	500 866	1 825 883	685 151	3 376 364

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Claudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

 Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite

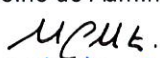

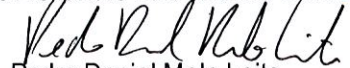
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	Período findo em 31 de dezembro	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		7 173 117	8 232 709
Pagamentos a fornecedores		(3 957 060)	(3 863 052)
Pagamentos ao pessoal		(1 995 946)	(1 812 474)
Caixa gerada pelas operações		1 220 111	2 557 183
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(213 880)	(56 966)
Outros recebimentos/ pagamentos		(474 769)	(455 663)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		531 462	2 044 553
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(77 498)	(277 479)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		3 200	1 033
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(74 298)	(276 446)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	1 626 000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(2 817 914)
Juros e gastos similares		(8 726)	(13 311)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(8 726)	(1 205 225)
Variação de caixa e seus equivalentes		448 438	562 882
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	573 473	10 591
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 021 911	573 473

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

 Cláudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

 Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

 Paulo Alexandre Luís Botelho Moniz

 Pedro Daniel Melo Leite

plm.
pm.
J

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Introdução

A Globaleda – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., (referida neste documento como Globaleda ou Empresa) foi constituída em 23 de setembro de 1997 e tem como objeto a conceção, estudo e acompanhamento de projetos na área das telecomunicações e dos sistemas de informação, bem como na comercialização de telefones móveis celulares.

A Globaleda desenvolve como atividades principais:

- i) Atividade de consultoria, desenvolvimento e operação de sistemas informáticos, designadamente prestação de serviços de consultoria, ao abrigo do contrato outsourcing EDA;
- ii) Comercialização de telemóveis e acessórios – a Globaleda é representante da Vodafone, possuindo uma rede de lojas com imagem 100% Vodafone e efetuando a promoção de produtos de propriedade da Vodafone; e
- iii) Operação e manutenção de infraestruturas de telecomunicações – a Globaleda assegura a operação e manutenção de todas as redes de telecomunicações privadas da EDA e de outros operadores de telecomunicações.

A Globaleda pertence ao Grupo EDA, sendo detida em 74,9% pela Electricidade dos Açores, S.A. e em 25,1% pela Novabase Business Solutions.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2019. É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Globaleda, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria nº 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela da Portaria nº 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação nº 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.



A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Globaleda, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Globaleda e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

ELH

M-

J

iii) Cotações utilizadas

Em 31 de dezembro as cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos foram as seguintes:

Moeda	2018	2017
USD	1,1450	1,1993
GBP	0,8945	-

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte custo de construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos, são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	Entre 20 a 50 anos
Equipamento básico	Entre 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 a 10 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 a 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

(Handwritten signature)

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados, rubrica de Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A Globaleda reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A Globaleda valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada. A Globaleda não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a depreciação/amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais realizados à data do relato financeiro anual. Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

M.

J



3.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, créditos a receber (clientes, outros devedores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A Globaleda classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A Globaleda avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a Globaleda reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.6. Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Subsequentemente os inventários são valorizados ao menor valor entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

Em 19 de novembro de 2015, foi acordado que a gestão de inventários das lojas fosse assumida diretamente pela Vodafone justificando-se a redução significativa do equipamento de propriedade da Globaleda.

3.7. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. Os ajustamentos por imparidade referentes a dívidas de terceiros, designadamente Clientes, são constituídos tendo em conta critérios comerciais de avaliação dos riscos efetivos de cobrança, identificados no final de cada período. As perdas por



imparidade dos clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efetiva do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.8. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.9. Capital

O capital estatutário da empresa corresponde às ações ordinárias emitidas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A Globaleda classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.



São registados ao custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.).

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.11. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Globaleda possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 20%, correspondendo a uma taxa nominal de 16,80%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no Balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.13. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Globaleda tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um



dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Globaleda divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a Globaleda detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Globaleda não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Globaleda tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.15. Subsídios e apoios do Governo

A Globaleda reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.16. Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.17. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da atividade da Globaleda. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.



O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Globaleda; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

O rédito reconhecido pela Globaleda resulta:

- i) das comissões obtidas da Vodafone decorrentes da venda de pacotes de comunicações, cartões e ativações;
- ii) da prestação de serviços de operação e manutenção de redes de telecomunicações. O rédito é reconhecido com base na percentagem de acabamento;
- iii) da prestação de serviços de consultadoria, desenvolvimento e operações de sistemas informáticos.

3.18. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Globaleda é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.19. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.20. Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Globaleda tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Dada a atividade da Globaleda e de acordo com a legislação vigente, considera-se não existir passivos ambientais relevantes a registar nas demonstrações financeiras.

3.21. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Globaleda são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:



Estimativas contabilísticas relevantes

3.21.1 Provisões

A Gloaleda analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.21.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

3.21.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Gloaleda, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.22. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.



4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A Globaleda não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2 – Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa	634	248
Depósitos bancários	1 021 277	573 225
	<u>1 021 911</u>	<u>573 473</u>

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

5.1. Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devam ser consideradas pela Empresa.

5.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pela Globaleda para os períodos apresentados.

5.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

A Globaleda não procedeu à alteração dos procedimentos de determinação das estimativas contabilísticas, que possam ter impacto no período ou em períodos futuros.

5.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.



6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e							Total
	Terrenos	outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis		
1 de janeiro de 2018								
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 720 095	478 107	467 574	240 184	3 640 228	
Depreciações acumuladas	-	(186 875)	(1 364 155)	(463 095)	(463 479)	(233 370)	(2 710 975)	
Valor líquido	170 826	376 566	355 940	15 012	4 095	6 814	929 253	
Movimento de 2018								
Adições	-	-	14 708	124 328	2 685	6 338	148 059	
Alienações	-	-	(626 074)	(52 939)	-	-	(679 013)	
Depreciação - período	-	(11 123)	(72 928)	(15 199)	(3 093)	(3 187)	(105 530)	
Depreciação - alienações	-	-	368 826	52 939	-	-	421 765	
	170 826	365 443	40 472	124 141	3 687	9 965	714 533	
31 de dezembro de 2018								
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 108 729	549 496	470 260	246 522	3 109 274	
Depreciações acumuladas	-	(197 999)	(1 068 257)	(425 355)	(466 572)	(236 557)	(2 394 741)	
Valor líquido	170 826	365 443	40 472	124 141	3 687	9 965	714 533	



Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 os movimentos registados em rubricas dos Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Edifícios e							Total
	Terrenos	outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis		
1 de janeiro de 2017								
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 503 299	487 316	466 496	237 184	3 428 563	
Depreciações acumuladas	-	(175 752)	(1 215 863)	(456 777)	(458 054)	(231 083)	(2 537 528)	
Valor líquido	170 826	387 689	287 437	30 539	8 442	6 101	891 034	
Movimento de 2017								
Adições	-	-	216 796	-	1 078	3 000	220 874	
Alienações	-	-	-	(9 208)	-	-	(9 208)	
Depreciação - período	-	(11 123)	(148 292)	(15 527)	(5 426)	(2 287)	(182 654)	
Depreciação - alienações	-	-	-	9 208	-	-	9 208	
	170 826	376 566	355 940	15 012	4 095	6 814	929 253	
31 de dezembro de 2017								
Custo de aquisição	170 826	563 441	1 720 095	478 107	467 574	240 184	3 640 228	
Depreciações acumuladas	-	(186 875)	(1 364 155)	(463 095)	(463 479)	(233 370)	(2 710 975)	
Valor líquido	170 826	376 566	355 940	15 012	4 095	6 814	929 253	



40



Ph.



As adições verificadas no presente exercício referem-se essencialmente à renovação da frota da Empresa.

Em 2018 o valor das alienações refere-se essencialmente a equipamento no âmbito do contrato de outsourcing.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela Globaleda referem-se a programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro		
Custo de aquisição	178 278	178 278
Amortizações acumuladas	(178 278)	(126 327)
Valor líquido	-	51 951
Alienações	(170 020)	-
Amortização - período	-	(51 951)
Amortização - alienações	170 020	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
31 de dezembro		
Custo de aquisição	8 258	178 278
Amortizações acumuladas	(8 258)	(178 278)
Valor líquido	-	-

Em 2018 o valor das alienações refere-se essencialmente a equipamento no âmbito do contrato de outsourcing.

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a participações em instrumentos de capital, sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa e apresenta a seguinte decomposição:

	<u>% detida</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ONIAÇORES	0,002	5	5
		<u>5</u>	<u>5</u>

9 Ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no Balanço pelo seu valor bruto. O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	1 450	(43 017)
	<u>1 450</u>	<u>(43 017)</u>

O movimento ocorrido na rubrica de Ativos por impostos diferidos, que se refere à imparidade de clientes não aceite fiscalmente e prejuízos fiscais reportáveis, resume-se como segue:

	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Provisões não aceites</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2018	-	374	374
Constituição por resultados	-	1 824	1 824
Reversão por resultados	-	(374)	(374)
Movimento do período	-	1 450	1 450
A 31 de dezembro de 2018	-	1 824	1 824

	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Provisões não aceites</u>	<u>Total</u>
A 1 de janeiro de 2017	27 030	16 361	43 391
Constituição por resultados	-	374	374
Reversão por resultados	(27 030)	(16 361)	(43 391)
Movimento do período	(27 030)	(15 987)	(43 017)
A 31 de dezembro de 2017	-	374	374

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Telemóveis	15 049	16 052
Acessórios	6 385	6 187
Equipamento informático	4 065	2 420
Equipamentos rádio	59 465	4 111
	<u>84 964</u>	<u>28 770</u>
Imparidade de inventários	(12 175)	(12 175)
	<u>72 788</u>	<u>16 595</u>

CM
M-

O custo dos inventários reconhecidos em 2018 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 431.565 euros (2017: 96.147 euros) (Nota 20).

Imparidade de inventários

	2018	2017
A 1 de janeiro	12 175	12 175
Utilização do ano	-	-
A 31 de dezembro	12 175	12 175

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de Clientes é como se segue:

	2018	2017
	Corrente	Corrente
Clientes - grupo i)	1 029 126	746 574
Clientes - outros ii)	1 658 463	1 245 705
Clientes de cobrança duvidosa	141 934	141 934
	2 829 523	2 134 213
Imparidade de clientes	(141 590)	(149 987)
	2 687 934	1 984 227

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se essencialmente aos saldos do grupo a receber por conta dos serviços prestados e equipamentos no âmbito do contrato de outsourcing (Nota 29);

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços de telecomunicações e sistemas de informação.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor, sendo de natureza corrente pelo facto de se esperar que os saldos sejam realizados num período inferior a 12 meses.

Os saldos de clientes em 31 de dezembro de 2018 apresentam a seguinte antiguidade:

	Até 90 dias	De 91 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total
Grupo	970 460	-	5 485	31 655	21 527	1 029 126
Outros	1 129 442	52 786	18 792	53 324	546 053	1 800 397
	2 099 902	52 786	24 277	84 979	567 580	2 829 523

Os saldos de clientes com antiguidade superior a 360 dias referem-se a entidades públicas para as quais existe expectativa de realização e outras entidades para as quais existe perda por imparidade reconhecida no exercício de 2018.



Para os saldos que apresentam dificuldades de recuperação foram consideradas imparidades cujo saldo resulta do seguinte movimento:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A 1 de janeiro	149 987	224 539
Reforço do ano	10 657	1 818
Reversões	(19 054)	(76 370)
A 31 de dezembro	<u>141 590</u>	<u>149 987</u>

12 Estado e outros entes públicos

No período findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto sobre rendimento - IRC	-	32 594	-	101 616
Impostos sobre rendimento - IRS	-	18 292	-	14 541
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	161 786	-	146 091
Contribuições para segurança social	-	46 253	-	35 917
	<u>-</u>	<u>258 925</u>	<u>-</u>	<u>298 165</u>

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Pagamentos por conta	112 794	33 741
Estimativa de IRC (Nota 26)	(145 388)	(135 357)
	<u>(32 594)</u>	<u>(101 616)</u>

13 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a decomposição da rubrica de Outros créditos a receber é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Outros devedores		
Caução EDA (Nota 29)	269 514	-
Outros devedores	12 487	39 852
Imparidade de Outros devedores	-	(23 765)
	282 001	16 087
Pessoal	-	494
Adiantamentos a fornecedores	2 578	1 637
Devedores por acréscimos de rendimentos ii)		
Prestações de serviços	174 362	712 075
Comissões	100 171	61 016
Restituição Imposto IRC	68 415	-
	342 948	773 091
	627 527	791 309

i) Caução prestada referente ao concurso 17CLPQ-SIRO (Outsourcing informático, em 12/02/2018);

ii) Os valores constantes da rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos referem-se essencialmente a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimava dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no valor de 129.694 euros (2017: 347.468 euros), bem como 100.171 euros (2017: 61.016 euros) a receber da VODAFONE referente a comissões. A restituição de imposto de IRC refere-se à transmissibilidade dos prejuízos fiscais reportados pela Novabase Atlântico aquando da sua fusão com a Globaleda em 2014. Estes prejuízos fiscais só foram aprovados pela AT em 2018 pelo que se procedeu à substituição da declaração do Modelo 22 de 2017 utilizando os benefícios fiscais reportados no montante de 407.234 euros (após aplicação da taxa de IRC de 16,80%, 68.415 euros).

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor. Os saldos a receber não correntes vencem juros a taxas de mercado.

14 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Globaleda tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custos diferidos de serviços a prestar	274 552	-
Seguros	9 791	9 623
Diferimentos ativos	284 343	9 623



	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços a concluir já faturados	373 265	342 606
Diferimentos passivos	<u>373 265</u>	<u>342 606</u>

Os gastos a reconhecer referem-se a serviços contratados, pagos antecipadamente, como seja o caso dos prémios de seguro e outros gastos associados a serviços a prestar, cuja prestação apenas ocorrerá em períodos subsequentes.

Os rendimentos a reconhecer referem-se a projetos já faturados no período e a concluir em períodos futuros.

15 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital social da Globaleda, no montante de 300.000 euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 60.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada.

	%	Número de	Capital Social
	detida	ações	
Electricidade dos Açores	74,9	44 940	224 700
Novabase Business Solutions	25,1	15 060	75 300
	<u>100</u>	<u>60 000</u>	<u>300 000</u>

16 Reservas legais e resultados acumulados

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas registaram os seguintes movimentos:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados
1 de janeiro de 2017	64 464	500 866	556 464
Aplicação do resultado do exercício	-	-	505 564
31 de dezembro de 2017	64 464	500 866	1 062 028
Aplicação do resultado do exercício	-	-	763 855
31 de dezembro de 2018	64 464	500 866	1 825 883

As Reservas legais, que ascendem a 64.464 euros, só podem ser utilizadas na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

As Outras reservas, que ascendem a 500.866 euros, são compostas por reservas livres resultantes da aplicação de resultados não distribuídos, as quais são distribuíveis aos acionistas, desde que a empresa não tenha prejuízos acumulados de períodos anteriores.

De acordo com deliberação da Assembleia Geral de 13 de abril de 2018, o resultado líquido, no montante de 763.855 euros, manteve-se em resultados transitados.



17 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores - grupo	146 841	313 278
Fornecedores - terceiros	733 377	353 744
	<u>880 219</u>	<u>667 022</u>

O saldo a pagar aos fornecedores - grupo decorre essencialmente da prestação de serviços das áreas administrativas e da cedência de pessoal (Nota 29).

O saldo a pagar aos fornecedores - terceiros é justificado na sua maioria com diversos fornecimentos de prestadores de serviços relativos aos projetos em desenvolvimento pela Empresa na área de infraestruturas de rádio, telecomunicações e sistemas de informação.

18 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores		
Fornec. investimentos - grupo	-	-
Fornec. investimentos - outros	73 085	2 523
	<u>73 085</u>	<u>2 523</u>
Outros credores		
Credores diversos	13 637	20 601
Pessoal	111	1 645
	<u>13 748</u>	<u>22 246</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e subsídio de férias	268 079	219 977
Outros acréscimos de gastos i)	167 180	61 107
	<u>435 259</u>	<u>281 084</u>
	<u>522 092</u>	<u>305 853</u>

i) A rubrica de Outros acréscimos de gastos refere-se essencialmente a serviços prestados pela Empresa ao acionista Electricidade dos Açores referentes à estimava dos serviços relativos ao projeto de outsourcing no montante de 31.276 euros (2017: 26.466 euros), a serviços referentes à implementação da solução SAP ARIBA perfazendo um valor total de 52.516 euros (2017: 37.365 euros) e despesas de informática com o acionista Electricidade dos Açores no montante de 8.910 euros (2017: 17.755 euros).

19 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Vendas de produtos		
Equipamento informático	283 753	-
Equipamento rádio	225 021	-
Equipamentos de telecomunicações	68 522	81 578
Acessórios	5 383	8 339
	<u>582 679</u>	<u>89 917</u>
Serviços prestados		
Sistemas de informação	2 906 373	3 742 326
Manutenção de infraestruturas de telecomunicações	1 706 375	1 327 933
Comissões Vodafone	754 377	755 329
Outros serviços prestados	115 545	68 490
	<u>5 482 671</u>	<u>5 894 078</u>
	<u>6 065 350</u>	<u>5 983 995</u>

Os serviços prestados no âmbito do processo de outsourcing dos sistemas de informação, contratualizado com o acionista EDA e faturado à Novabase perfazem a quantia de 2.404.237 euros (2017: 2.274.707 euros).

20 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O detalhe do custo das mercadorias vendidas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 demonstra-se como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Inventários iniciais	28 770	28 210
Compras	493 842	99 183
Regularização de inventários	(6 085)	(2 476)
Inventários finais	(84 964)	(28 770)
	<u>431 565</u>	<u>96 147</u>

21 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:



		2018	2017
Subcontratos	i)	2 082 104	2 250 025
Rendas e alugueres	ii)	200 375	202 585
Trabalhos especializados	iii)	109 495	161 808
Honorários		69 964	70 348
Comunicações		55 061	53 405
Formação profissional		53 394	8 338
Conservação e reparação		52 063	38 655
Combustíveis		46 552	45 745
Deslocações e estadas		45 898	41 621
Seguros		30 446	15 773
Transporte de mercadorias		22 699	20 463
Outros (inferiores a 20.000 euros)		102 780	117 163
		2 870 831	3 025 930

i) A rubrica de Subcontratos refere-se essencialmente à contratação de serviços especializados e materiais incorporados na execução de projetos, salientando-se o contrato de Outsourcing com a EDA, no qual a Globaleda está subcontratada pela Novabase, empresa a quem o referido contrato está adjudicado. Estes serviços especializados e materiais atingiram um total de 418.848 euros (2017: 387.430 euros), bem como a cedência de pessoal da EDA no montante de 585.149 euros (2017: 519.174 euros);

ii) Rendas e alugueres: respeita ao aluguer das lojas comerciais fidelizadas à imagem Vodafone e à renda do edifício dos serviços administrativos e de apoio;

iii) Os trabalhos especializados incluem maioritariamente os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, os serviços de informática no montante de 60.574 euros (2017: 89.238 euros) e serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA no montante de 20.691 euros (2017: 22.572 euros).

22 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos durante o período de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Remunerações		
Orgãos sociais	151 778	151 712
Pessoal	1 480 222	1 348 259
	1 632 000	1 499 971
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	362 084	337 787
Gastos de ação social	27 507	22 791
Indemnizações	546	781
Outros	20 876	4 037
	411 014	365 396
	2 043 014	1 865 367

O número médio de empregados da Empresa em 2018 foi de 86 (2017: 84).

Em 2018, a Globaleda beneficiou com contratos de apoio ao emprego no montante de 7.215 euros (2017: 16.400 euros), reconhecidos na rubrica de subsídios à exploração.

23 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimentos suplementares	i)	141 976	104 849
Ganhos na alienação de outros ativos		2 733	875
Outros		68	1 291
		<u>144 777</u>	<u>107 015</u>

i) A rubrica de Rendimentos suplementares inclui os créditos efetuados pela Vodafone relativos ao diferencial dos telemóveis do setor empresarial, o complemento das campanhas publicitárias efetuadas pela Globaleda no apoio à comercialização dos produtos Vodafone e a comparticipação atribuída ao valor das rendas suportadas pela Globaleda nas lojas comerciais fidelizadas à imagem da Vodafone.

24 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Impostos	4 965	4 189
Quotizações	942	1 657
Diferenças cambiais desfavoráveis	192	1 011
Correções relativas a períodos anteriores	-	276
Outros	247	137
	<u>6 346</u>	<u>7 270</u>

25 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros e gastos similares		
Juros pagos	-	2 197
Outros gastos e perdas financeiros	8 309	8 217
	<u>8 309</u>	<u>10 414</u>



26 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Imposto sobre o rendimento corrente (Nota 12)	145 388	135 357
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(68 945)	-
Imposto sobre o rendimento diferido	(1 450)	43 017
	<u>74 993</u>	<u>178 374</u>

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi de 20,5%, exceto sobre os prejuízos fiscais que se aplica a taxa de 16,8%.

A reconciliação do montante de imposto sobre o rendimento é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Resultado antes de impostos	760 144	942 229
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisões não aceites fiscalmente	1 363	3 978
Perdas por imparidade em contas a receber	7 073	(77 988)
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	6 626	(610)
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	<u>775 206</u>	<u>867 608</u>
Prejuízos fiscais	-	(160 891)
Matéria coletável	<u>775 206</u>	<u>706 718</u>
Taxa nominal de imposto	16,80%	16,80%
	<u>130 235</u>	<u>118 729</u>
Derrama Municipal	11 628	13 014
Tributação autónoma	3 525	3 614
Imposto diferido	(1 450)	43 017
Diferenças de estimativa de imposto exercícios anteriores	(68 945)	-
Impostos sobre o rendimento do exercício	<u>74 993</u>	<u>178 374</u>

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Taxa de imposto	16,80%	16,80%
Derrama	1,50%	1,50%
	<u>18,30%</u>	<u>18,30%</u>



27 Dividendos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não houve distribuição de dividendos.

28 Contingências

Passivos contingentes

A Globaleda tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

Beneficiário	Objeto	Início	2018	2017
EDA, SA	Prestação Serviços Desenho e Implementação de solução de Data Warehouse e Business Intelligence	2017	7 976	7 976
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Caucionar o adiantamento de 30% do contrato de aquisição dos serviços necessários à Implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	-	554 490
Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores	Aquisição de serviços necessários à Implementação da Rede Integrada de Telecomunicações de Emergência do S.R.P.C.B.A.	2015	-	36 966
Marques, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" -Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	3 668	3 668
Somague Ediçor, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" -Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	3 668	3 668
Tecnovia, SA	Empreitada de construção da 2ª Fase do Parque Tecnológico de S. Miguel - "NONAGON" -Lote 36 e Parque de Estacionamento	2015	1 834	1 834
Direção Regional do Ambiente	Execução Rede Monitorização do ciclo hidrológico nas ilhas do Grupo Central e Ocidental	2014	9 074	9 074
Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo	Aquisição e implementação do sistema de gestão da rede de abastecimento da água do concelho de Angra do Heroísmo	2014	1 668	1 668
Município de Sousel	Fornecimento, montagem e colocação em funcionamento do equipamento de abastecimento de água e sistema de tele-gestão	2011	-	6 570
Escola Secundaria da Ribeira Grande	Fornecimento e instalação de diverso equipamento de informática para a rede informática da escola secundária da Ribeira Grande	2007	4 944	4 944
Escola Básica Integrada Lagoa	Fornecimento e instalação de rede estruturada	2007	2 187	2 187
MOTOROLA Espanha	Caução para prestação de serviços	2003	5 000	5 000
			40 020	638 045

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Globaleda não tinha identificado quaisquer ativos contingentes.

29 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Globaleda é controlada pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. que detém 74,9% do capital da empresa. Os restantes 25,1% são detidos pela Novabase Business Solutions.

29.1. Remuneração do Conselho de Administração

Os Órgãos de Gestão da Globaleda foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos "chave" da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações (Nota 22)	151 778	151 712
	<u>151 778</u>	<u>151 712</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da Globaleda não realizaram qualquer tipo de contrato com a empresa para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fiscal Único	7 500	7 500
	<u>7 500</u>	<u>7 500</u>

29.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

Electricidade dos Açores, S.A.
 Novabase Business Solutions

Partes relacionadas por via de Acionistas:

EDA Renováveis, S.A.
 SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.
 ONIAÇORES – Infocomunicações, S.A.
 NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.
 Novabase Digital, S.A.

(b) transações e saldos pendentes

i) Acionistas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Globaleda efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:




Vendas de produtos e serviços
Vendas

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.

2018	2017
173 385	17 842
173 385	17 842



Serviços prestados

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.

Novabase Business Solutions

2018	2017
2 335 167	1 094 294
689 235	2 274 707
3 024 401	3 369 001

Compras de produtos e serviços

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.

Novabase Business Solutions

2018	2017
705 783	642 144
251 106	332 783
956 889	974 927

Juros e gastos similares

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.

2018	2017
-	1 498
-	1 498

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:



	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	987 366	57 052
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. - Caução	269 514	-
Novabase Business Solutions	-	641 347
	<u>1 256 880</u>	<u>698 399</u>
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	72 006	84 980
Novabase Business Solutions	17 550	218 929
	<u>89 556</u>	<u>303 909</u>

ii) Partes relacionadas por via de acionistas

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Globaleda efetuou as seguintes transações com aquelas entidades:

Vendas de produtos e serviços

Vendas	<u>2018</u>	<u>2017</u>
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	4 766	102
EDA Renováveis, S.A.	3 969	343
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	2 341	-
	<u>11 076</u>	<u>444</u>

Serviços prestados	<u>2018</u>	<u>2017</u>
EDA Renováveis, S.A.	28 665	35 727
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	11 831	6 679
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	7 543	9 610
Novabase Digital, S.A.	2 399	-
	<u>50 438</u>	<u>52 016</u>



Compras de produtos e serviços

	2018	2017
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	5 760	29 904
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	22 220	10 938
Novabase Digital, S.A.	162 460	-
	190 440	40 842

M.


Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2018	2017
Saldos devedores		
EDA Renováveis, S.A.	15 229	39 511
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	14 385	8 664
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	12 146	-
	41 760	48 175
Saldos credores		
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	3 189	7 219
NORMA - AÇORES - Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.	6 589	2 150
Novabase Digital, S.A.	47 508	-
	57 286	9 369

30 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal. No entanto verifica-se dívida ao Fundo de Compensação do Trabalho a 31 de dezembro de 2018, regularizada no período subsequente.

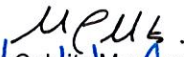

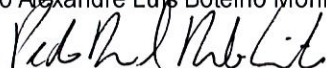


31 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Claudio Manuel Raposo Torres

O Conselho de Administração

Maria do Carmo Cabrita Marques Matias Martins

Paulo Alexandre Luis Botelho Moniz

Pedro Daniel Melo Leite

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

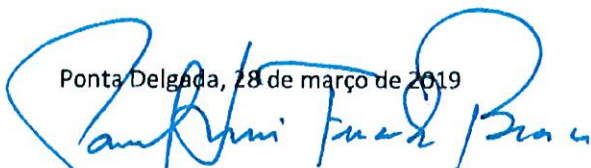
Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:

- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 28 de março de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5.410.865 euros e um total de capital próprio de 3.376.364 euros, incluindo um resultado líquido de 685.151 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

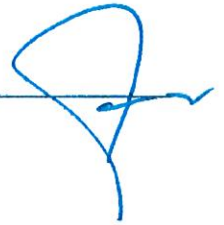
Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 28 de março de 2019



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. ("Entidade"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 5.410.865 euros e um total de capital próprio de 3.376.364 euros, incluindo um resultado líquido de 685.151 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Globaleda - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

"Deloitte" refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto

© 2019 Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de março de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC